

**JONES FIGUEIRÊDO ALVES
MISAEI MONTENEGRO FILHO**

MANUAL DAS AUDIÊNCIAS CÍVEIS

**Com considerações sobre o projeto
do novo Código de Processo Civil**

4ª Edição

SÃO PAULO
EDITORA ATLAS S.A. – 2014

© 2009 by Editora Atlas S.A.

1. ed. 2009; 2. ed. 2011; 3. ed. 2013; 4. ed. 2014

Capa: Leonardo Hermano

Composição: Lino-Jato Editoração Gráfica



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Alves, Jones Figueirêdo

Manual das audiências cíveis / Jones Figueirêdo Alves,
Misaél Montenegro Filho. – 4. ed. – São Paulo : Atlas, 2014.

Bibliografia.

ISBN 978-85-224-8806-3

ISBN 978-85-224-8807-0 (PDF)

1. Audiências – Brasil 2. Processo civil – Brasil 3. Provas
(Direito) – Brasil I. Montenegro Filho, Misaél II. Título.

09-05805

CDU-347.939(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Audiências cíveis : Processo civil 347.939(81)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total
ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos
direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994,
de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*



Editora Atlas S.A.

Rua Conselheiro Nébias, 1384

Campos Elísios

01203 904 São Paulo SP

011 3357 9144

atlas.com.br

Sumário

Nota dos autores, xvii

1 Parte geral, 1

- 1 Considerações sobre a importância das audiências na realidade do processo civil brasileiro. Uma breve revisão da dinâmica processual, 2
 - 1.1 Importância da audiência de tentativa de conciliação, 7
 - 1.2 Importância da audiência preliminar, 8
 - 1.3 Revisitação do conceito de procedimento e sua importância na dinâmica das audiências cíveis, 9
 - 1.4 Utilização das regras relativas ao rito comum ordinário de forma subsidiária ou supletiva, 11
 - 1.5 Sistema do livre convencimento racional ou motivado e sua aplicação no direito processual civil brasileiro, 11
 - 1.6 Relação entre o sistema do livre convencimento racional ou motivado e o princípio da fundamentação, 15
 - 1.7 Princípios jurídicos. Considerações gerais, 16
 - 1.7.1 Princípios constitucionais e processuais relacionados à prova e às audiências do processo civil, 19
 - 1.7.2 Princípio da razoável duração do processo (inciso LXXVIII do art. 5º da CF; art. 4º do projeto do novo Código de Processo Civil). Diálogo com os demais princípios constitucionais, 19
 - 1.7.3 Princípio do contraditório e da ampla defesa e sua aplicação no panorama das audiências cíveis, 26

- 1.7.4 Princípio da concentração e da unidade da audiência versus possibilidade da quebra da instrução probatória, 34
- 1.7.5 Princípio da publicidade da audiência, 39
- 1.7.6 Princípio da isonomia processual na realidade das audiências cíveis, 46
- 1.7.7 Princípio da identidade física do juiz e seus temperamentos, 54
- 1.7.8 Princípio da aquisição processual, 57

2 Audiências cíveis em geral e suas regras processuais, 61

2 Audiência. Conceito, 62

- 2.1 Finalidades da audiência de instrução e julgamento. Visão panorâmica, 65
- 2.2 Finalidades da audiência de tentativa de conciliação. Visão panorâmica, 68
 - 2.2.1 Possibilidade de encerramento do conflito de interesses através de acordo judicial mesmo na hipótese de a parte não ter comparecido à audiência de tentativa de conciliação, 69
 - 2.2.2 Incentivo pela designação da audiência de tentativa de conciliação na abertura da ação de rito comum ordinário, 70
 - 2.2.3 Audiência de tentativa de conciliação na realidade do rito sumaríssimo, 74
- 2.3 Finalidades da audiência preliminar. Visão panorâmica, 76
- 2.4 Atos preparatórios da audiência, 79
 - 2.4.1 Atos preparatórios a cargo das partes. Apresentação do rol de testemunhas como ato principal, 80
 - 2.4.2 Atos preparatórios a cargo dos auxiliares da justiça. Aperfeiçoamento de intimações, 83
- 2.5 Adiamento das audiências. Hipóteses legais. Prova do justo motivo. Momento da produção da prova, 85
- 2.6 Das audiências em espécie, 89
 - 2.6.1 Audiência de tentativa de conciliação. Estímulo à conciliação no curso de todas as audiências. Regras processuais, 90
 - 2.6.1.1 Audiência de tentativa de conciliação nas ações de curso pelo rito sumário. Regras processuais. Atos praticados no ambiente da audiência conciliatória. Dinâmica procedimental, 92
 - 2.6.1.2 Decisão que enfrenta a impugnação ao valor da causa no curso da audiência de tentativa de conciliação. Consequências processuais. Recurso adequado ao combate da decisão, 99
 - 2.6.1.3 Conversão do procedimento sumário pela verificação da complexidade da matéria. Decisão proferida na audiência de tentativa de conciliação. Recurso adequado ao combate do pronunciamento, 101
 - 2.6.1.4 Audiência de tentativa de conciliação na realidade do rito sumaríssimo. Regras processuais específicas, 103
 - 2.6.2 Audiência preliminar. Regras processuais, 105
 - 2.6.2.1 Momento da realização da audiência preliminar, 106
 - 2.6.2.2 Atos que integram a audiência preliminar, 107

- 2.6.2.3 Deferimento da prova pericial no curso da audiência preliminar e consequências processuais, 114
- 2.6.2.4 Decisões proferidas no curso da audiência preliminar e recurso adequado ao combate do pronunciamento, 116
- 2.6.2.5 Casos de dispensa da realização da audiência preliminar, 117
- 2.6.3 Audiência de instrução e julgamento. Considerações gerais, 119
 - 2.6.3.1 Possibilidade de ataque à decisão que designa a audiência de instrução e julgamento, 120
 - 2.6.3.2 Recursos cabíveis contra as decisões proferidas durante a audiência de instrução e julgamento, 122
 - 2.6.3.3 Razões finais por escrito ou sob a forma de memoriais, 127
 - 2.6.3.4 Audiência de instrução e julgamento na realidade do rito sumário, 129
 - 2.6.3.5 Audiência de instrução e julgamento na realidade do rito sumário, 132
- 2.7 Ordem dos trabalhos em audiência, 133
- 2.8 Conversão do julgamento em diligência, 134
- 2.9 Poderes conferidos ao magistrado no curso das audiências. Exame da possibilidade de decretação da prisão da testemunha no curso da audiência de instrução e julgamento, 137

3 Audiências em ações específicas, 140

3 Considerações gerais, 142

- 3.1 Audiências designadas no curso das ações possessórias. Considerações gerais, 143
 - 3.1.1 Designação da audiência de justificação nas ações possessórias. Finalidades do ato, 145
 - 3.1.1.1 Momento de realização da audiência de justificação. Necessidade de citação do réu, 147
 - 3.1.1.2 Não permissibilidade de ouvida de testemunhas do réu. Nossa compreensão sobre o assunto, 148
 - 3.1.1.3 Enfrentamento do pedido de liminar no encerramento da audiência de justificação e recurso adequado ao combate do pronunciamento, 150
 - 3.1.1.4 Possibilidade de combate do pronunciamento através da interposição do recurso de embargos de declaração. Consequências processuais, 150
 - 3.1.1.5 Desvinculação do magistrado com o pronunciamento que defere ou que indefere a liminar no encerramento da audiência de justificação, 151
 - 3.1.2 Audiência preliminar na realidade das ações possessórias, 152
 - 3.1.3 Audiência de instrução e julgamento na realidade das ações possessórias, 153
- 3.2 Audiências designadas nas ações de indenização por perdas e danos, 155

- 3.2.1 Características principais da ação de indenização por perdas e danos, 155
- 3.2.2 Audiência preliminar designada na ação de indenização por perdas e danos. Finalidades e utilidade processual, 156
- 3.2.3 Audiência de instrução e julgamento designada nas ações de indenização por perdas e danos. Finalidades do ato, 159
- 3.3 Audiências designadas no curso da ação de alimentos, 160
 - 3.3.1 Características principais da ação de alimentos, 160
 - 3.3.2 Audiência de tentativa de conciliação designada nas ações de alimentos. Características e finalidades, 161
 - 3.3.2.1 Interposição do recurso de agravo de instrumento independentemente do comparecimento do réu à audiência de tentativa de conciliação. Fluência incondicionada do prazo para recorrer, 166
 - 3.3.3 Audiência de instrução e julgamento designada nas ações de alimentos. Características e finalidades do ato, 167
- 3.4 Audiências designadas nas ações de investigação de paternidade, 169
 - 3.4.1 Características principais da ação de investigação de paternidade, 169
 - 3.4.2 Audiência de tentativa de conciliação na realidade da ação de investigação de paternidade, 171
 - 3.4.3 Audiência preliminar na realidade da ação de investigação de paternidade, 172
 - 3.4.4 Audiência de instrução e julgamento na realidade da ação de investigação de paternidade, 173
- 3.5 Audiências designadas nas ações de divórcio litigioso, 174
 - 3.5.1 Características principais da ação de divórcio litigioso, 174
 - 3.5.2 Audiência de tentativa de conciliação na realidade da ação de divórcio litigioso, 175
 - 3.5.3 Audiência preliminar na realidade da ação de divórcio litigioso, 175
 - 3.5.4 Audiência de instrução e julgamento na realidade da ação de divórcio litigioso. Características e finalidades do ato, 176
- 3.6 Audiências na realidade das ações de divórcio consensual direto, 176
- 3.7 Audiências designadas nas ações cautelares, 178
 - 3.7.1 Características principais das ações cautelares, 178
 - 3.7.2 Audiência de justificação designada nas ações de arresto, de sequestro e de busca e apreensão, 180
 - 3.7.2.1 Possibilidade de designação da audiência de justificação nas demais espécies de cautelares, 183
 - 3.7.3 Audiência designada na ação cautelar de antecipação de provas, 185
- 3.8 Audiências designadas nas ações reivindicatórias, 187
 - 3.8.1 Características principais da ação reivindicatória. Designação não frequente de audiências. Possibilidade de designação da audiência de instrução e julgamento para caracterizar a justiça da posse ou para provar o preenchimento dos requisitos do usucapião, 187

- 3.8.2 Audiência de tentativa de conciliação designada nas ações reivindicatórias, 191
 - 3.8.3 Audiência preliminar designada na ação reivindicatória, 192
 - 3.8.4 Audiência de instrução e julgamento designada na ação reivindicatória. Características e finalidades do ato, 193
 - 3.9 Audiências designadas nas ações de usucapião, 193
 - 3.9.1 Características principais das ações de usucapião, 193
 - 3.9.2 Audiência de tentativa de conciliação na realidade da ação de usucapião, 196
 - 3.9.3 Audiência preliminar na realidade da ação de usucapião, 197
 - 3.9.4 Audiência de instrução e julgamento na realidade da ação de usucapião. Características e finalidades do ato. Necessidade de intimação pessoal do representante do Ministério Público, 198
 - 3.10 Audiências designadas nas ações de execução fundadas em título extrajudicial, 201
 - 3.10.1 Características principais da ação de execução fundada em título extrajudicial, 201
 - 3.11 Audiências designadas na ação de mandado de segurança, 203
 - 3.11.1 Características principais da ação de mandado de segurança, 203
 - 3.11.2 Necessidade de designação de audiências na ação de mandado de segurança e consequências processuais, 204
 - 3.12 Síntese conclusiva, 205
- 4 Quadro comparativo entre os dispositivos relacionados às audiências que constam do CPC de 1973 e do projeto do Novo Código de Processo Civil, 209**

Bibliografia consultada, 219